

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA: ROTEIROS DE INVESTIGAÇÃO

Luís Antonio Groppo¹

RESUMO: Apresento ideias orientadoras para uma pesquisa sobre a participação das juventudes nas práticas educacionais sociocomunitárias, destacando os municípios de Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa e Sumaré, pertencentes à Região Metropolitana de Campinas. Entre estas ideias, no que se referem à juventude, os conceitos de moratória social, geração e moratória vital de Margulis e Urresti. Ainda sobre a juventude, a concepção dialética das juventudes modernas e contemporâneas, que foca o caráter histórico, coletivo, múltiplo e conflituoso delas. Definida a Educação Sociocomunitária como intervenções educacionais que buscam mobilizar comunidades para promover transformações sociais mais globais, são propostas "hipóteses" a guiar tal pesquisa, que destacam os limites destas intervenções nas escolas de ensino médio e as contradições dos projetos e ações "fora da escola", entre as quais: os jovens pobres vistos como "perigo" social e o caráter quase-compulsório do trabalho "voluntário" para estes jovens.

PALAVRAS-CHAVE: educação sociocomunitária, juventude, Região Metropolitana de Campinas, sociologia da juventude.

ABSTRACT: I present ideas for guiding a research on the participation of youth in socio-communitarian educational practices, highlighting the cities of Americana, Santa Barbara d'Oeste, Nova Odessa and Sumaré, in Metropolitan Region of Campinas/Brazil. Among these ideas, with regard to youth, the concepts of social moratorium, generation and vita moratorium, from Margulis and Urresti. Still on youth, the dialectic of modern and contemporary youth, focusing her historic, collective, multiple and conflicting character. Sociocommunitarian Education is defined: educational interventions that seek to mobilize communities to promote transformations in society. The "hypotheses" to guide that research highlights the limits of such interventions in high schools and the contradictions of the projects and actions "out of school". In these contradictions: poor youngsters seen as "social dangerous" and quasi-compulsory "volunteers" labor for this youth.

KEYWORDS: sociocommunitarian education, youth, Metropolitan Region of Campinas/Brazil, sociology of youth.

Educação Sociocomunitária

Neste trabalho, apresento ideias que vão orientar a proposta de uma pesquisa sobre a participação das juventudes nas práticas educacionais sociocomunitárias, destacando os municípios limítrofes de Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Nova Odessa e Sumaré, pertencentes à Região Metropolitana de Campinas.

A Educação Sociocomunitária é entendida, na qualidade de tema ou "objeto" de pesquisa, como aquelas intervenções educacionais que têm – aos seus propositores, ao menos – claras intenções de impacto social; estas ações tendem a se dar nos ambientes ditos "não formais" de educação, mas podem acontecer também em ambientes formais, como a escola, quando se trata da mobilização da comunidade do entorno da instituição formal. Em suma, a educação sociocomunitária trata das ações educativas de impacto social, para além da escola, ou que envolvem a relação escola-comunidade. Esta perspectiva tem sido a principal adotada pelo Programa de Mestrado em Educação do Unisal (Centro Universitário Salesiano de São Paulo), cuja área

¹ Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal) e do Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp). Pesquisador do CNPq. Email: luis.groppo@am.unisal.br

de concentração é justamente a Educação Sociocomunitária. Entretanto, seus delineamentos estão sob discussão.

Paulo de Tarso Gomes (1º sem. de 2008), destaca a educação sociocomunitária como uma estratégia educacional que articula comunidades ou grupos locais em prol de transformações sociais de alcance mais amplo; para ele, esta estratégia pode ter caráter emancipador, quando o bem-estar e a autonomia das comunidades e de seus membros são tidos como objetivos principais, mas também pode ter caráter manipulador, quando instituições como Estado ou igrejas fazem uso desta mobilização para atender interesses próprios e distantes daqueles das comunidades.

Já em minha reflexão sobre a educação sociocomunitária, destaco que, independente do contexto onde se aplica – formal ou não formal, ainda que se destaque, ao menos nos últimos anos, o ambiente não formal –, este tipo de intervenção educacional caracteriza-se pelo cultivo do princípio sociocomunitário de relações sociais e humanas. A lógica ou princípio sociocomunitário caracteriza-se por relações sociais que, ao menos inicialmente, atendem necessidades propriamente humanas: a sobrevivência, cuidado e identidade (em seu viés comunitário) e a liberdade, autonomia e criação (em seu viés societário). O estudo da educação sociocomunitária caracteriza-se, nesta proposta, pela identificação de processos e intervenções educacionais, em destaque em ambientes não formais, mas não exclusivamente, que buscam fomentar as relações sociais de caráter comunitário e societário; também, intervenções que são resistência ou ocupações dos espaços intersticiais deixados pelas lógicas que são predominantes e hegemônicas na modernidade e contemporaneidade – a lógica do poder (capitaneado pelo Estado moderno) e a lógica do capital, que caracterizam o que chamo de “integração sistêmica”. (GROPPO, 1º sem. de 2006).

Parece-me importante, assim, uma pesquisa que tenha o objetivo de investigar como os jovens, nas distintas e múltiplas configurações das juventudes contemporâneas, nestes municípios da Região Metropolitana de Campinas, acima descritos, participam, como educandos, educadores e educandos-e-educadores, das intervenções sociocomunitárias.

Primeiro, pela própria necessidade de conhecer mais e melhor as práticas não formais de educação ou as propostas de estreitamento das relações entre comunidade e escola. Segundo, por ser uma forma alternativa, e muito relevante, de contato, compreensão e interpretação dos modos de ser e viver das juventudes brasileiras, sobretudo das camadas trabalhadoras, que tendem a ser o principal destinatário das intervenções educativas sociocomunitárias, além de registrarem um relevante número de educadores.

Em terceiro lugar, a pesquisa destaca, justamente, o que vem sendo feito na Região que abriga o Programa de Mestrado do qual o proponente desta pesquisa faz parte. Justificam a escolha do lugar, as possibilidades maiores e mais ricas de pesquisa, no contato com esta realidade do qual faço parte, bem como as maiores condições de diálogo e mesmo de devolução às comunidades e agentes educacionais dos resultados desta investigação, em algum grau perfazendo uma pesquisa que se quer participante.

Se acima fez-se um esboço do que seria a Educação Sociocomunitária, gostaria de destacar, na exposição abaixo, principalmente a concepção aqui adotada de “juventudes” e lançar hipóteses de investigação

que podem identificar os modos de participação dos jovens das camadas populares da Região Metropolitana de Campinas nas intervenções educativas sociocomunitárias, destacando-se aquelas em ambientes não formais ou que buscam relacionar escolas e comunidades.

A juventude é uma palavra

Assim como tantos outros termos que se localizam na interseção das ciências humanas com o senso comum, juventude tem sido uma palavra problemática. Pierre Bourdieu (1983), denunciando mais uma vez os constantes contrabandos dos interesses estabelecidos nos rumos das ciências sociais, rejeita a palavra juventude como um conceito sociologicamente válido. Para ele, o termo está carregado de conotações vindas de outros tempos, enredado a interesses políticos e mercadológicos dos novos tempos, quase sempre indicando que certas classes de pessoas – os “jovens” – deveriam aquietar-se diante de seu pequeno poder social, respeitando o poder e o saber dos ditos “maduros”. Mais que indicar uma real situação de ordem natural ou social, para Bourdieu a palavra juventude demarcou e demarca, de distintos modos, com inúmeros sentidos, o espaço a não ser atravessado por seres que pretensamente estariam imaturos para o exercício pleno do protagonismo social, cultural, econômico, sexual etc.

Em sua entrevista, em que defende que a juventude é apenas uma palavra, Bourdieu nos indica, no meu entender, ao menos dois registros de que ela é algo mais do que isto. Primeiro, o poder simbólico desta palavra. Palavra poderosa, mobilizadora, desmobilizadora, incitando sentidos de força física, desejo sexual, arrebatamento, novidade.

Segundo, quando indica que esta palavra-símbolo é uma construção social, identificando tanto quanto concebendo formas de ser, pensar e se inter-relacionar entre os grupos sociais: “a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos.” (BOURDIEU, 1983, p. 112). A juventude não seria, nem simples nem preponderantemente, um dado da natureza. O que se faz socialmente com as diferenças de idade, e em distintos campos da convivência humana, é o que joga a cartada determinante: “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; [...] o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente.” (p. 113). Emergem, assim, na nossa interpretação, distintas juventudes, nunca uma única juventude fixada de antemão por limites de idade.

Mas Bourdieu considera equivocado o uso do termo juventude como categoria sociológica, dando como exemplo os extremos das condições do adolescente filho das elites – o que pode ter os privilégios associados à adolescência, em especial o adiamento das responsabilidades e o alongamento do tempo de lazer – e do adolescente filho das camadas trabalhadoras – aquele que, mal vestido e despenteado, em sua motocicleta, é parado pela polícia nos sábados à noite. “E afirma: é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada de comum” (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Entretanto, este modo de viver a adolescência pelas elites, direito ou

privilégio de seus filhos, não se torna um padrão ou meta social, imposto ou desejado pela sociedade, esperado ou requerido pelos próprios jovens de outras camadas sociais? A resposta positiva a esta questão é dada pelos que caracterizam a juventude, na modernidade, como uma “moratória social”.

A juventude é mais do que uma palavra

É a juventude, para Margulis e Urresti (1996), uma palavra, mas também algo mais do que uma palavra. Reconhecem a dificuldade de, na modernidade, em contraposição a diversas outras situações tradicionais, definir claramente os limites etários, incluindo a juventude e suas características. As definições patinam, escapam, tornam-se ambíguas. Entretanto, trata-se de uma realidade, um marco concreto de vivências. Estas dificuldades e ambiguidades – como aquelas acima apontadas por Bourdieu – devem-se ao fato de, na realidade, tratarem-se de juventudes, múltiplas, diversas, ainda que arregimentadas em torno de alguns princípios comuns, como a moratória social (uma realidade para alguns, um desejo para muitos).

A definição de juventude adotada por Margulis e Urresti reconhece a centralidade da experiência da moratória social, a qual, certa época histórica, certos lugares e certas classes sociais puderam oferecer aos seus adolescentes, que viveram então a condição juvenil. A época, a partir do século XIX. Lugares, o mundo europeu e norte-americano, expandindo-se paulatinamente em outros locais tocados pela modernização. Classes, especialmente as elites, depois as classes medias. Mais tarde, e precariamente – em certos lugares, nunca – as classes populares. A moratória social torna-se um período da vida em que se permite postergar diversas exigências sociais – tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar –, e em que há uma especial tolerância para com o comportamento juvenil.

A condição juvenil, na qualidade de moratória social, foi e é vivida desigualmente pelas classes e grupos sociais. A maior facilidade ou a maior dificuldade de viver a moratória social, em geral, reflete as desigualdades sociais – de classe, de gênero, de etnia, regionais etc.

Os autores consideram fundamental também a experiência geracional – tema destacado por Karl Mannheim (1982), em sua concepção de juventude. Cada geração de jovens, em uma dada época e lugar, por vezes para além ou aquém de desigualdades sociais, culturais e regionais, viveram experiências socializadoras e históricas que as distinguiram das gerações anteriores. Tiveram contato com valores e conhecimentos distintos, e de maneiras diversas, em relação às experiências das gerações mais velhas.

Margulis e Urresti, entretanto, acrescentam, na sua concepção de juventude, a “moratória vital”. Afirmam que concepções culturalistas tenderam a um extremo relativismo na definição de juventude, por não considerarem este núcleo vital, “duro”, energético, chamado de moratória vital – advinda de um “capital vital”, de uma disponibilidade de energia, de vitalidade e mesmo de tempo de vida maiores, dos jovens, em relação aos adultos e velhos.

Não necessariamente as duas moratórias estão acopladas, ainda que esta seja uma tendência ou um desejo. A moratória vital, presente em jovens de todas as camadas sociais, no caso das camadas populares pode não vir acompanhada do reconhecimento da moratória social: seriam estes os “jovens não juvenis”. A manutenção da condição da moratória social,

acompanhada de signos que ostentam uma suposta juventude, pode estar presente em pessoas já com baixa moratória vital: seriam os “não jovens juvenis”. Os “não jovens juvenis” tratam-se de um fenômeno cada vez mais comum em nossa contemporaneidade, em que os signos do mundo do consumo estão saturados do apelo à juvenilidade, em que se concebe uma velhice vivida de modo “juvenil” (DEBERT, 1999) – como uma “Terceira Idade”, em que se pode adotar até mesmo em um final de semana, ou em um período de férias, a identidade juvenil adormecida na mente do adulto com fartos recursos financeiros. Outrora, entretanto, Thomas Mann (1982) já mostrara, em *Morte em Veneza*, um velho misturado a jovens, vestido como os jovens e se comportando como eles, o que horroriza o escritor protagonista do enredo.

Sentidos sociológicos de juventude

A partir das relevantes considerações de Margulis e Urresti, considerando mesmo a validade de certas assertivas de Pierre Bourdieu sobre a juventude, proponho que esta, a juventude, do ponto de vista das Ciências Sociais, seja vista como uma categoria social. Na qualidade de categoria social, a juventude compõe a estrutura das categorias etárias, em sociedades que reconhecem a juventude como parte do curso da vida. (GROPPO, 2000, 2004, 1º sem./2009)

No caso especial das sociedades modernas e contemporâneas, as juventudes aparecem, muitas vezes de modo primeiro ou de forma destacada, como um “problema social”. Há semelhanças, no que se refere ao trato das questões das juventudes das classes populares, entre os tempos da Revolução Industrial Inglesa e o final do século XX e início do século XXI. A “questão social” originada da Revolução Industrial conteve também a questão da juventude chamada de imoral, desregrada, viciada, promíscua, indisciplinada, delinquente e formadora de bandos criminosos. (FLINTER, 1968; HUMPHRIES, 1984; GILLIS, 1981). Com outros termos, pretensamente com outras preocupações, renova-se recentemente a questão das juventudes das camadas populares, dentro de uma nova modulação do capitalismo, em fase de flexibilização, orientado por uma lógica que considera de modo mais forte as necessidades do capital – em especial o financeiro -, que permite ou promove ondas de desemprego estrutural, geradoras de desfiliação social (CASTEL, 1995) e exclusão (FORRESTER, 1997).

Esta nova onda de preocupações com as juventudes teve no Brasil diversos e interessantes desdobramentos, como no campo da política institucional – criando-se Secretarias em nível federal, estadual e municipal, propondo-se Políticas para a Juventude (FREITAS e PAPA, 2003), legislando-se o Estatuto da Juventude, entre outros. Muitas vezes, envolveram-se os atores da dita “sociedade civil”, convidados ou convocados a participar de audiências públicas para a criação do Estatuto da Juventude, de Seminários Regionais e Conferências Nacionais sobre a Juventude (CASTRO e ABRAMOVAY, 2009), entre outros. Também, um renovado interesse de pesquisa no campo das Ciências Sociais, destacando-se, talvez mais que as pesquisas promovidas pelas instituições universitárias, aquelas investigações levadas a cabo pelas Secretarias mantidas pelo poder público ou entidades “não governamentais” como o Instituto Cidadania (que promoveu a Pesquisa Juventude [ABRAMO e BRANCO, 2005], por sua vez

proposta também para auxiliar a proposição de políticas federais para os jovens).

Outrora, como recentemente, portanto, diversos foram os saberes, instituições e agentes que tentaram conhecer e intervir nas juventudes e resolver seus “problemas”. Entre as ciências, as Biomédicas, com sua concepção da puberdade e a preocupação com o caminho que leva à construção do corpo saudável. Depois, a Psicologia, que fazendo uso do termo adolescência, trata da questão do desenvolvimento da personalidade. Por sua vez, as Ciências Sociais, em destaque a Sociologia, prefere o termo juventude (por vezes, subdividida em “adolescência” e “juventude” propriamente dita) e a questão da socialização secundária. (REZENDE, 1989). Todas as três concepções contêm o perigo do reducionismo, presente quando uma ciência quer tornar seu olhar absoluto. Deste modo, as Ciências Biomédicas, extremando seu olhar, podem levar à naturalização de problemas que, na verdade, muitas vezes são sociais; a Psicologia pode universalizar algo que é relativo, no tempo e no espaço – a crise de identidade na adolescência e os conflitos de geração; a Sociologia corre o risco do relativismo exagerado, quando desconsidera os limites e as barreiras do corpo e da alma humana, diante da força das estruturas sociais e da dinâmica histórica.

Vale a ressalva, portanto, de que a sociologia tem um olhar sobre as juventudes, uma possibilidade de conhecer os jovens e seus comportamentos sociais, os grupos que fazem parte, que formam ou dos quais se desfiliam. Mas não é o único olhar, nem sempre o determinante, muito menos exaustivo.

A concepção sociológica da juventude, portanto, privilegia o caráter social ou coletivo da condição juvenil, já que reconhece que é toda uma geração (uma coletividade de indivíduos que compartilham uma alta “moratória vital”) que tende a viver de modo semelhante este momento da vida. Também, porque reconhece a tendência dos jovens formarem grupos com outros de idade semelhante. Enfim, porque demonstra a importância da formação de coletividades de jovens, recrutadas por instituições adultas, para a socialização secundária destes futuros novos integrantes da maturidade.

A sociologia também leva a afirmarmos que não são todas as sociedades que possuem grupos juvenis. Concebe-as, as juventudes, como uma realidade ou realização histórica, não uma invariante natural. Eisenstadt (1976), em um amplo comparativo de sociedades modernas e “pré-modernas”, demonstrou que a maioria das segundas, como foi o caso da Europa medieval (mas também do Brasil colonial), pouco desenvolvia um mundo para além da vida familiar e comunitária, privilegiando assim a mistura de idades e os grupos etários heterogêneos como recursos de socialização. Por isto, tendiam a não reconhecer a juventude, bem como a não formar grupos juvenis, que são um dos principais exemplos de grupos etários homogêneos. Estes grupos homogêneos vão nascer apenas em sociedades que criam uma esfera social “pública” mais elaborada, uma parte da vida social mais ou menos separada da família e das relações de parentesco.

Os grupos etários homogêneos realizam a necessária segunda socialização de seus adolescentes, a socialização secundária, quando coloca-os em contato mais sistemático com os valores e rotinas de convivência válidos em esferas sociais como a economia, a cultura, a política

e a religião, que passam a se organizar por critérios que se autonomizam daqueles particularistas da família e da comunidade. (EINSENSTADT, 1976). Os grupos juvenis permitem um convívio entre pessoas semelhante ao tratamento integral e afetivo típico das famílias. Mas eles diferem das famílias por já serem orientados por valores semelhantes aos do “mundo público” em que os jovens em breve vão se engajar, valores universalistas já voltados ao desempenho e eficiência segundo as finalidades das esferas sociais – finalidades que se descolam dos critérios particularistas.

As assertivas acima nos encaminham a interessantes questões, relativas ao modo como as intervenções educativas sociocomunitárias contribuem para com a “socialização secundária” dos jovens das camadas populares das cidades localizadas na Região Metropolitana de Campinas. Entre elas, como se dão as relações formativas para os jovens dentro das intervenções sociocomunitárias no lugar a ser estudado? De que maneiras próprias aparecem – ou não – estes relacionamentos que consideram o indivíduo em sua integralidade (física, sexual, espiritual, cultural etc.)? De que modo estão presentes ou ausentes os valores universalistas que orientam os adultos nas esferas de ação social da economia, política, cultura etc.?

A concepção sociológica de juventude ainda precisa considerar mais dois aspectos – além do caráter coletivo das juventudes e da questão a socialização secundária. Trata-se do reconhecimento das diversidades das juventudes concretas e da configuração dialética, contraditória, dos grupos juvenis.

Sobre a diversidade das juventudes na vida real, concreta, esta acontece tanto do ponto de vista da variedade e variação histórica delas, as juventudes, quanto da multiplicidade das maneiras de viver a condição juvenil. Em ambas, a variação histórica e a diversidade social, um dos extremos é a ausência ou a impossibilidade de se viver a condição juvenil. Do ponto de vista histórico, indicou-se que as juventudes raramente apareceram nas sociedades pré-modernas. Já em solo moderno e contemporâneo, a variedade social tem em seu extremo a impossibilidade de certas camadas sociais viverem a maioria das – por vezes todas as – prerrogativas típicas da condição juvenil (a chamada moratória social), dada a sua situação de miséria, penúria, exclusão, preconceito ou violência.

Além da vivência “quantitativamente” distinta dos preceitos da moratória social, mesmo entre aqueles que vivem algum grau desta moratória há modos distintos de vivê-la, qualitativamente diferentes entre si. Devem contar, para a análise sociológica das juventudes, os aspectos socioeconômicos, culturais, nacionais, regionais, locais, religiosos, étnicos, de gênero, de sexualidade etc. É preciso considerar a juventude, como categoria etária, como mais um dos elementos que compõem a estrutura das sociedades modernas e contemporâneas, junto com as classes sociais, gêneros, etnias, condição urbano-rural, condição desenvolvido-subdesenvolvido, religiões etc. A análise de dada juventude deve investigar quais são as outras configurações sociais que interferem em sua manifestação concreta, quais outros elementos da estrutura social que aparecem e como aparecem em certa forma particular de se viver a juvenilidade.

Enfim, defendendo uma concepção dialética da condição juvenil. Ela surge como possibilidade de interpretação das juventudes, quando se vislumbram

os limites da concepção funcionalista. Esta concepção está presente, por exemplo, nas análises de S. N. Eisenstadt – apesar de seus reconhecidos méritos, ao compreender a importância dos grupos etários juvenis na estruturação das sociedades modernas. A concepção funcionalista tende a estudar as juventudes tendo em vista tão somente a “função” delas, a dita “socialização secundária”. Interessaria a juventude menos pelo que ela é, e mais pelo que ela será, ou ainda pelo que ela “deveria ser”. O funcionalismo, ao enfatizar em excesso a integração social, tende a limitar a interpretação de questões tão caras ao estudo das juventudes, sobre aquilo que destoa do esperado ou do considerado normal, como as inúmeras revoltas, resistências e protagonismos alternativos e autônomos das juventudes ao longo do tempo e do espaço. (GROPPO, 1º sem./2009).

Uma concepção que se quer dialética das juventudes atuais, concebe a realidade social, em seu todo, também como contraditória, palco de disputas, conflitos, projetos e ações que adquirem sentidos distintos e opostos entre si. O processo de modernização, que gestou em boa parte as sociedades contemporâneas, foi também o processo em que as instituições procuraram moldar as suas juventudes, em escolas, universidades, grupos juvenis controlados por Estados, partidos e igrejas, indústria cultural, marketing, propaganda etc.

Estas intervenções, ou reagem diante do aparecimento de jovens de camadas populares e médias, tidos como desregrados, perigosos ou indisciplinados, ou vão preparar o terreno social de onde emergirá aquela questão. Elas fazem surgir uma nova realidade coletiva, de grupos compostos por pessoas com idades semelhantes, vivendo lado a lado (como nas escolas e universidades) ou compartilhando expectativas comuns mesmo distantes no espaço (diante da ação das mídias e da propaganda, por exemplo).

Esta nova realidade institucional vem se contrapor a experiências juvenis autônomas, classificadas como perigosas ou antissociais. Ou, mais caracteristicamente, criam um novo território onde podem brotar irrupções de autonomia, criatividade, rebeldia, revolta e resistência. É quando indivíduos e grupos juvenis desenvolvem vivências, valores e identidades que, parcial ou totalmente, destoam do que é socialmente estabelecido como correto, como normal. Criam, ou recriam, deste modo, grupos juvenis informais, mobilizam-se politicamente em movimentos estudantis, participam de movimentos operários ou de organizações guerrilheiras, apoiam partidos extremistas (de direita e de esquerda) etc. Podem traduzir seu descontentamento para com os valores vigentes também por meio de revoltas comportamentais e revoluções culturais, cultivando formas de arte e relacionamentos pessoais, coletivos e sexuais alternativos, tantas vezes informados por contraculturas “exóticas” dentro de sua cultura ou trazidas de alhures.

No que se refere às intervenções educacionais voltadas aos jovens das camadas populares, é constante na história moderna e contemporânea, ao menos desde a criação do termo “Pedagogia Social” em território alemão no século XIX (CARO, GUZZO, 2004), que se trata de conter impulsos nestes jovens que podem levá-los ao “conflito com a lei”. Enquanto as formas de insubmissão caracterizadas como “radicalismo” (político) e “boêmia” (comportamental) tenderam a ser associadas a jovens rebeldes vindos das elites e das classes médias, os saberes e poderes modernos associaram a

“delinquência” – com suas tradições “ocultas” oriundas do “mundo do crime”. (MATZA, 1968) – aos jovens das camadas populares, ou, talvez melhor, associaram os jovens populares à dita “delinquência”.

As intervenções educativas voltadas aos jovens das camadas populares tiveram, ao longo desta história, características peculiares. Primeiro, em boa parte elas se deram fora do mundo escolar, pois que a escola tradicionalmente foi, para os filhos das camadas populares, lugar apenas de infância, e mesmo assim submetidos a processos de exclusão via repetência e evasão que dificultavam ou abreviavam suas vidas escolares. Segundo, quase sempre a motivação ou a justificativa que fundamentava as intervenções se referiram, e se referem, a evitar o contato destes jovens com a criminalidade – e, também, com outros comportamentos tidos como desregrados, ainda que também próximos da dita “delinquência”, como a promiscuidade sexual e o uso de drogas.

Juventudes e educação sociocomunitária

Uma investigação sobre as juventudes de camadas populares dos municípios de Americana e seus vizinhos, no que se refere a sua atuação na Educação Sociocomunitária, pode tomar como ponto de partida a relação difícil entre os jovens pobres e a escola.

Como indicado no final do item anterior, uma forte tendência, nos sistemas de ensino fundamental e médio, onde foram se formando, ao longo do século XX, já indicada para a França de Pierre Bourdieu e J.-C. Passeron (1975), foi a da paulatina exclusão dos filhos das classes trabalhadoras, conforme tentavam avançar nos níveis de ensino ou seriação. Esta exclusão era alimentada pela repetência e pela evasão, maiores nestas camadas sociais, em primeiro lugar, pela maior dificuldade dos lares em sustentar os filhos por um longo período “improdutivo”, por estes mesmos pais não considerarem mais eficaz o dispêndio do restrito capital econômico na acumulação de capital cultural (que só traria resultados a um prazo muito distante, e incerto), ou mesmo pela pressão ou desejo do jovem de ingressar logo no mercado de trabalho. Mas, também, pela distância entre as culturas escolares e a cultura das classes trabalhadoras, tornando a progressão pelos níveis de ensino algo muito penoso para estes alunos.

Deste modo, uma importante tendência era de que os jovens vindos das camadas populares não ingressassem no que chamamos hoje, no Brasil, de Ensino Médio, ou optassem por formatos mais ligeiros de formação profissional em nível médio.

No final do século passado, países como a França, assim como outros ditos “desenvolvidos”, promoveram uma verdadeira “massificação” de seu ensino médio. Bourdieu e Champagne (1999) consideraram que houve uma exclusão nesta inclusão, já que os filhos dos subúrbios e das classes populares ingressavam em liceus com estrutura e ensino degradados, em cursos pouco prestigiados, de diplomas pouco valiosos. Os relatos dos jovens oscilavam entre a incompreensão do significado do ensino médio e uma vaga esperança de se promoverem social e pessoalmente com a educação.

Fenômeno semelhante deu-se no Brasil, um pouco mais recentemente. Firmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 como “direito”, mas não como “dever” do estudante ou de seus responsáveis,

o Ensino Médio ainda assim assistiu um rápido crescimento. Uma massificação semelhante ao da França de Bourdieu. Semelhante também em sua “inclusão excludente”, em seus roteiros de incompreensão e insignificância. (PEREGRINO, jan.-jun. de 2005). Depois de vários anos de seguido crescimento, fruto de uma demanda reprimida pela baixa oferta de vagas em períodos anteriores, junto a uma crença de que se traria uma ascensão social mais repentina aos que o cursassem, o Ensino Médio no Brasil teve um decréscimo no número de matrículas. (CORBUCCI, set. de 2009).

Em período recente, os diferentes governos federais oscilaram entre promover o Ensino Técnico, em nível médio, como um sistema paralelo ao Ensino Médio regular, ou oferecer um Ensino Médio único, de formação humana e universal. Se o governo Fernando Henrique Cardoso tendeu a incentivar o Ensino Técnico de nível médio, o governo Lula tendeu a incentivar um único Ensino Médio – pretendendo evitar outra dualidade no Ensino (pobres vão para o Ensino Técnico, classes médias e ricos para o Ensino Médio regular), sob o discurso da cidadania e igualdade. Diante dos dados e insucessos do Ensino Médio, entretanto, o governo Lula passou a reverter sua tendência e passou a acenar, algo que continua agora, com o governo Dilma, com um grande incentivo ao Ensino Técnico. Logicamente, os documentos e diretrizes para o nível médio também oscilaram neste período recente, demonstrando toda a dificuldade de se pensar e recriar uma educação formal para os jovens no Brasil.

Outro dado que revela esta dificuldade, bem como a crise do Ensino Médio regular, tem sido a crescente busca pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) por jovens, que evadiram do Ensino Médio regular, aguardando completar a idade em que poderiam matricular-se na EJA e terminar o curso de nível médio mais rapidamente (já que, de modo padrão, cada série é cumprida em um semestre na EJA). Contribuindo para com este movimento, a legislação, em período recente, tendeu a baixar a idade que se permite ingressar na EJA, tanto no nível fundamental quanto no Médio.

Diante de governantes e representantes da dita “sociedade civil” perplexos, o Ensino Médio continua a ser um lugar em que os jovens das camadas populares encontram o estranhamento, o pouco significado. Mas, ainda que sejam as escolas *lócus* de diversas intervenções educativas de caráter, ao menos parcial, sociocomunitário – tal como a “Escola da Família”, nas escolas estaduais paulistas, bem como inúmeros projetos de voluntariado nas escolas em todo país –, não parecem ser os espaços privilegiados da educação sociocomunitária para os jovens das camadas populares, ao menos na região a ser estudada.

Pesquisa que venho desenvolvendo, sobre as intervenções educativas sociocomunitárias na Região Metropolitana de Campinas, tem indicado uma relativa importância de organizações não-governamentais, entidades comunitárias, projetos sociais e empreendimentos voluntários que têm os adolescentes e jovens de camadas populares como principais destinatários de suas intervenções educacionais. Enquanto aquela pesquisa tem se interessado em caracterizar de modo mais amplo tais intervenções educativas, seus protagonistas e o sentido de suas ações – indicando grande diversidade, descontinuidade no tempo, limites de ação e contradições inauditas nos seus objetivos -, a investigação que agora se propõe pretende

abordar com mais profundidade certa amostra deste universo.

Trata-se, justamente, da amostra das ações e sujeitos que têm adolescentes e jovens como seu “público-alvo”. (cf. OLIVEIRA, 1o sem. de 2009). Outra proposta, desta nova pesquisa, é focar também como tais adolescentes e jovens agem, o que pensam e o que pensam sobre o que fazem (como fez Fernandes (2007)).

Alguns caminhos já se fazem traçar, talvez na forma de hipóteses que se delineiam.

O primeiro conjunto de ideias, teses ou hipóteses a investigar, trata dos jovens como “educandos” destas intervenções sociocomunitárias. Destacam-se projetos e ações que lidam com o ensino-prática de artes e esportes. Neste, se faz proeminente aquela questão descrita acima: a permanência, como objetivo ou como justificativa, ao longo da história moderna e contemporânea, da ideia da intervenção socioeducativa para evitar que os jovens das classes populares entrem no mundo do crime, sejam sexualmente promíscuos ou se tornem dependentes de drogas. O educando é antes um ser portador de perigos – para si mesmo, ou para a sociedade – que um sujeito de direitos e pleno de possibilidades criativas. Importa menos o desenvolvimento artístico ou o desempenho esportivo do educando que a sua “inclusão”. Os projetos de arte e esportes tornam-se, antes, missões “civilizatórias”.

Outro corpo de ideias ainda trata dos jovens como “educandos”. Elas flagram outras intervenções, de cunho diverso das artísticas e esportivas. São aquelas que tratam os jovens como trabalhadores (a buscarem um emprego formal), ou, talvez menos, seres econômicos (produtores, ainda que de maneira autônoma), ou, menos ainda, seres “materiais” (que precisam sobreviver). É o que Martins (dez. de 2007) flagrou como três dos quatro objetivos mais comuns da educação sociocomunitária das Organizações Não Governamentais e Fundações Empresariais: a educação para o trabalho, a educação para a sobrevivência e a educação para o empreendedorismo.

O quarto objetivo, a educação para o voluntariado, segundo Martins (dez. de 2007), inclui jovens de todas as categorias sociais – enquanto os três primeiros se referem mais aos das camadas populares. O estímulo ao voluntariado percorre os discursos e ensinamentos das mídias, das escolas e da informalidade do cotidiano. Ele está presente também na educação sociocomunitária destinada aos jovens populares, que focamos. Antigos “assistidos” pelos projetos tornam-se, tantas vezes, os novos “educadores” sociocomunitários. Por vezes, as dinâmicas das intervenções sociocomunitárias torna aqueles adolescentes e jovens, há mais tempo nos projetos, “educandos-e-educadores”, na figura de monitores, guias, orientadores, ajudantes.

Mas para os jovens das camadas populares estão reservadas também outras modalidades de “voluntariado” – termo ambíguo e frágil, que esconde as típicas intervenções sociais estimuladas na atualidade, uma “práxis comunitária” que é uma singela ação, curta no tempo, para a “melhoria” de uma dada situação local. (MARTINS, dez. de 2007). Para os jovens populares, aqueles em eterna “situação de risco”, reserva-se também o “protagonismo” – uma práxis social estimulada por bolsas. Para receber a bolsa, o jovem pobre precisa frequentar (ou retornar) à escola e, ainda prestar serviços comunitários (daí o “protagonismo”) no período alternado ao

da escola, como mão de obra gratuita para algumas das intervenções sociocomunitárias que descrevemos aqui. (cf. SPOSITO, SILVA e SOUZA, maio-ago. de 2006).

No limite, jovens que acabam conflitando com a lei são levados também, de modo ainda mais compulsório, à dita “voluntariedade”. Agora, entretanto, a contradição entre o termo e a realidade é tão flagrante que o nome é abandonado. Tratam-se das medidas socioeducativas, serviços comunitários aparentados com aquelas ações que se esperam dos jovens “protagonistas”, mas agora determinadas pelo juiz da infância e adolescência àqueles que estão em “conflito com a lei”. Toda uma rede de orientadores sociais, empregados geralmente por organizações sociais ou “não governamentais” financiados pelo poder público, se forma para encaminhar e vigiar o cumprimento destas medidas. (JESUS, 2011).

Considerações finais

Neste trabalho, busquei delinear o que se entende por educação sociocomunitária, propondo que seu campo abrange aquelas intervenções educacionais que buscam mobilizar comunidades ou grupos locais em projetos, causas ou movimentos que tencionam impactar a sociedade em sua globalidade.

Propus, então, uma pesquisa, que agora se rascunha, para identificar, compreender e interpretar tais intervenções educativas sociocomunitárias, em alguns municípios da Região Metropolitana de Campinas (Americana, Santa Bárbara d’Oeste, Sumaré e Nova Odessa), que têm os jovens das camadas populares como seus educandos ou “educandos-e-educadores”.

Num segundo momento, o trabalho discutiu os sentidos sociológicos da juventude, a partir da crítica à ideia defendida por Pierre Bourdieu de que a juventude “é apenas uma palavra”. Apesar de reconhecer pertinências nas observações de Bourdieu, e considerando que a juventude é, também, uma palavra, pois que se torna um valioso signo da sociedade contemporânea, demonstro minha concordância com Margulis e Urresti, os quais afirmam que a juventude é “mais que uma palavra”.

Margulis e Urresti identificam a concretude da juventude por meio dos conceitos de moratória social, gerações e moratória vital. Levam-me a propor os principais elementos que compõem a concepção sociológica de juventude aqui adotada: a juventude é uma construção histórica, é uma realidade social – vivida em grupos e que cumpre a tarefa de “socialização secundária” -, é diversa (daí, falar-se antes em “juventudes”) e contraditória.

Com o destaque dado aos limites da vivência da condição juvenil pelos jovens das classes trabalhadoras – que, por vezes, são “os jovens não juvenis” -, bem como com a demonstração da relação que costumam fazer os poderes e saberes dominantes, entre estes jovens e o “perigo” da desordem social, puderam ser formuladas sugestões de pesquisa.

Espera-se que tal investigação contribua não apenas para conhecer tal realidade, mas também para informar os que, na qualidade de educadores, educandos ou educandos-e-educadores, estão imersos nesta rica e diversa – mas contraditória – realidade da educação sociocomunitária, para que possam refletir mais e melhor sobre os limites e as possibilidades de suas práticas.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Instituto Cidadania, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121. _____; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 217-227.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CARO, Sueli Maria Pessagno; GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Educação social e psicologia**. Campinas: Alínea, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social** – uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude. Brasília: RITTLA, 2009.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Sobre a redução das matrículas no Ensino Médio Regular. Texto para discussão 1421, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Brasília, set. de 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1421.pdf. Consultado em 26/mar./2012.

Debert, Guita Grim. As classificações etárias e a juventude como estilo de vida. In: _____. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, p. 39-69, 1999.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação Não-formal: memória de jovens e história oral**. Campinas: Unicamp/CMU; Arte Escrita, 2007.

FLINTER, Andréas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, Sulamita (org.) **Sociologia da Juventude**. vol. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; Associação Friedrich Ebert, 2003.

GILLIS, John. **Youth and History**. Tradition and change in European age relations. 1770-present, Nova York/ London: Academic Press, Expanded Student Edition, 1981.

GOMES, Paulo de Tarso. Educação sociocomunitária: delimitações e perspectivas. *Revista de Ciências da Educação*. Ano X, n. 18, 1º sem. de 2008, p. 43-64.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____. O Princípio Sócio-Comunitário e a Integração Sistêmica na Educação: Algumas Considerações. *Revista de Ciências da Educação*. ano VIII n. 14, Aparecida: Santuário, Unisal, 1º sem. de 2006, p. 131-150.

_____. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista do COGEIME*. Piracicaba, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

_____. O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis. *Estudos de Sociologia*. Araraquara, Unesp, 1º sem./2009, p. 37-50.

HUMPHRIES, Stephen. **Hooligans or rebels?** An oral history of working-class childhood and youth. 1889-1939. Oxford/ Nova York: Basil Blackwell, 1984.

JESUS, Tatiana Menuzzo de. Juventude e intervenção social: alguns aspectos sobre a condição juvenil, o jovem em conflito com a lei e as medidas socioeducativas. In: SOUZA, Janice Tirelli Ponte de; GROPPPO, Luís Antonio (organizadores). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: Editoria Em Aberto, 2011, p. 137-176.

MANN, Thomas. **A morte em Veneza**, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACHHI, Marialice M. (org.). **Mannheim**. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais – 25, São Paulo: Ática, p. 67-95.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (editor). **La juventude es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996, p. 13-30.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação sócio-comunitária em construção. *Revista Histedbr Online*, Campinas, dez. de 2007, p. 106-130.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITO, Sulamita. (org.). **Sociologia da juventude**. Vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 81-106.

OLIVEIRA, Eliane Aparecida Araújo de. Juventude, terceiro setor e educação: algumas considerações. *Revista de Ciências da Educação*. Unisal, Americana, 1o sem. de 2009, p. 275-300.

PEREGRINO, Mônica. Os jovens pobres e a escola. *Jovenes*. Cidade do

México, jan.-jun. de 2005, ano 9, n. 22, p. 364-376.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Identidade. O que é ser jovem? *Revista Tempo e Presença*, n. 240, CEDI, 1989, p. 04-05

SPÓSITO, Marília Pontes; SILVA, Hamilton Harley de C. E; SOUZA, Nilson Alves de. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*. Campinas: Editora Autores Associados, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, maio-ago./2006, v. 11, n. 32, p. 238-257.